

Instituto Arredondar
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2015
e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores
Instituto Arredondar

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Arredondar ("Instituto") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Instituto Arredondar

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Arredondar em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de junho de 2016

A handwritten signature in cursive script that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in cursive script that reads "Caio Fernandes Arantes".

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Instituto Arredondar
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em Reais)

A T I V O	nota	<u>2015</u>	<u>2014</u>
CIRCULANTE		149.264	279.873
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4	97.627	246.596
CONTAS A RECEBER	5	40.557	29.377
OUTROS		11.080	3.900
NÃO CIRCULANTE	6	22.468	24.189
IMOBILIZADO		19.285	21.408
INTANGÍVEL		3.183	2.781
TOTAL DO ATIVO		171.732	304.062
P A S S I V O	nota	<u>2015</u>	<u>2014</u>
CIRCULANTE		220.648	118.655
CONTAS A PAGAR	7	80.604	26.858
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	8	55.664	41.313
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	9	5.122	5.580
PROJETOS A EXECUTAR	10	79.258	44.904
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	(48.916)	185.407
PATRIMÔNIO SOCIAL		185.407	263.874
DÉFICIT ACUMULADO		(234.323)	(78.467)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		171.732	304.062

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar
Demonstração do Resultado do Período
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em Reais)

	nota	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas operacionais			
Sem restrição			
Doações recebidas	12	456.026	471.778
Doações - Arredondamentos	12	17.162	5.999
Rendimentos financeiros	13	17.567	14.086
Diversas		(4)	317
		<u>490.751</u>	<u>492.180</u>
Gratuidades			
Voluntários	22	617.891	562.000
Bens e Serviços	22	693.991	768.290
		<u>1.311.882</u>	<u>1.330.290</u>
Total de receitas operacionais		<u>1.802.633</u>	<u>1.822.470</u>
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	14	(1.081.119)	(867.585)
Serviços prestados por terceiros	15	(856.166)	(926.265)
Despesas com viagens	16	(8.698)	(21.178)
Despesas com ocupação	17	(43.456)	(40.470)
Despesas gerais e administrativas	18	(25.146)	(20.007)
Despesas com marketing	19	(180)	(8.145)
Despesas tributárias	20	(13.732)	(10.040)
Despesas financeiras	21	(4.524)	(4.002)
Depreciação e amortização	6	(3.935)	(3.245)
Total de despesas operacionais		<u>(2.036.956)</u>	<u>(1.900.937)</u>
Déficit do exercício		<u>(234.323)</u>	<u>(78.467)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2013	103.100	160.774	263.874
Incorporação ao Patrimônio Social	160.774	(160.774)	-
Déficit do Exercício	-	(78.467)	(78.467)
Saldos em 31/12/2014	263.874	(78.467)	185.407
Incorporação ao Patrimônio Social	(78.467)	78.467	-
Déficit do Exercício	-	(234.323)	(234.323)
Saldos em 31/12/2015	185.407	(234.323)	(48.916)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em Reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(234.323)	(78.467)
Ajustes de Receitas e Despesas		
Depreciação e amortização	3.935	3.245
Resultado ajustado do exercício	<u>(230.388)</u>	<u>(75.222)</u>
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(11.180)	(23.617)
Outros	(7.180)	194
Aumento (redução) nos passivos:		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14.351	7.036
Obrigações tributárias	(458)	(364)
Contas a pagar	53.746	19.737
Projetos a executar	34.354	42.170
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	<u>(146.755)</u>	<u>(30.066)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.214)	(2.012)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.214)</u>	<u>(2.012)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(148.969)</u></u>	<u><u>(32.078)</u></u>
Saldo no início do exercício	246.596	278.674
Saldo no final do exercício	97.627	246.596
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(148.969)</u></u>	<u><u>(32.078)</u></u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Instituto Arredondar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

O Instituto Arredondar (“Instituto”) é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos constituída em 14 de julho de 2011, inscrito no CNPJ sob o número 14.416.996/0001-25, e tem por objetivo, entre outros, conforme seu estatuto: promoção e incentivo de projetos e eventos, próprios e/ou de terceiros relacionados às áreas da saúde, desportiva, educacional, cultural, ambiental, assistência social, direitos humanos, inclusão social, proteção à diversidade, no país especialmente por meio da captação de recursos advindos de doações, inclusive exemplificativamente por meio do arredondamento de valores em contas diversas ou folhas de pagamentos a serem feitos por pessoas físicas ou jurídicas, recursos esses a serem utilizados para o desenvolvimento de projetos próprios ou de terceiros.

O Instituto possui o seguinte certificado:

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): Por meio do processo MJ nº 08071.026358/2014-44, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, conforme Despacho da Diretora, de 10 de novembro de 2014, publicado no Diário Oficial de 18 de Novembro de 2014 (conforme delegação da Portaria SNJ nº 28, de 10 de setembro de 2008).

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para os períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 22 de Junho de 2016.

2.1 Mudança de prática contábil

Em 21 de agosto de 2015, a norma brasileira de contabilidade - ITG 2002 sofreu a primeira revisão, no qual substituiu a necessidade de divulgação do valor referente a renúncia fiscal relacionado com a atividade, como se a obrigação devida fosse, pela divulgação da relação de tributos objeto de renúncia fiscal.

2.2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto, findas em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, combinadas com a NBC TG 1000 (CPC PME) "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e valor justo, quando aplicável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Instituto é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as receitas provenientes com gratuidades recebidas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

Contas a Receber: O Instituto reconhece as contas a receber inicialmente na data em que foram originadas pelo valor da transação. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, inicialmente ao valor justo, na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto reconhece os valores a receber nas datas em que foram originados através de arrecadação de doações, por meio de parcerias com lojas e redes comerciais.

Tal sistema visa oferecer aos clientes dos Parceiros a oportunidade de realizar doações para o Instituto quando do pagamento de suas compras por quaisquer meios (cartões de crédito, cheques, cartões de débito e dinheiro em espécie) ou ainda por meio de doações diretas.

Conforme contratos, o instituto reconhece como receita até 10% dos valores arrecadados com arredondamentos para cobrir os custos administrativos próprios e sua manutenção.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado: Os passivos financeiros ao custo amortizado são: fornecedores e contar a pagar. Eles são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa: São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos apresentados.

b. Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas: é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Receitas e despesas de recursos vinculados: compreendem aos valores recebidos pelo Instituto e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Tais recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores são registrados da seguinte forma:

Recebimento dos recursos: Quando ocorrem os recebimentos destes recursos são reconhecidos o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante.

Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos com estes recursos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo a contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em contas de receitas próprias, simultaneamente e pelo mesmo valor.

Outras receitas: Quando ocorrem os recebimentos de outras receitas vinculadas a estes instrumentos, são reconhecidos o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante.

Doações: O Instituto registra as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas através de comprovantes de cobrança, avisos bancários, recibos e outros, na data da realização.

Receitas Financeiras: os rendimentos estão apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de rendimentos de aplicação financeira no resultado.

Gratuidade: benefício concedido por terceiros como gratuidade por meio da prestação de serviços, o qual é reconhecido pelo valor efetivamente praticado.

c. Imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração: Itens do ativo imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumulada e perda de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário.

Depreciação e Amortização: A depreciação e a amortização são calculadas sobre o valor do custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>
móveis e utensílios	10%
equipamentos de informática	20%
softwares	20%

Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração do Instituto revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

f. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa

e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

O Instituto não é parte em processos cíveis, trabalhistas e/ou tributários.

h. Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração do Instituto apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

i. Gerenciamento de risco

Em decorrência de suas atividades, o Instituto assume riscos inerentes às suas operações relacionadas com o mercado basicamente por aplicações financeiras, atendimento a legislação e sistema operacional e de gestão.

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados. Os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto, principalmente operacionais.

O Instituto efetua o gerenciamento de risco, por meio de sua diretoria, que utiliza instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2.015</u>	<u>2.014</u>
CAIXA GERAL	221	221
BANCOS CONTA MOVIMENTO REC. LIVRES	20.442	6.950
APLICAÇÕES FINANCEIRAS REC. LIVRES	76.964	239.425
	<u>97.627</u>	<u>246.596</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o Instituto possuía aplicações financeiras em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários, todos com liquidez imediata, cujos montantes atualizados refletem o valor de realização dos mesmos naquela data. As modalidades de aplicações contratadas são consideradas conservadoras e de baixo risco, uma vez que o Instituto opera somente com Instituições consideradas de 1ª linha.

5. Contas a Receber

Descrição	2.015	2.014
ARREDONDAMENTOS A RECEBER	40.557	29.377
	<u>40.557</u>	<u>29.377</u>

6. Ativo Imobilizado e Intangível

Descrição	Tx.Depr. Anual	2015		
		Custo	Depr.Acum.	Líquido
Imobilizado				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10%	24.676	8.632	16.044
EQUIPAMENTOS PROC DE DADOS	20%	6.036	2.795	3.241
		<u>30.712</u>	<u>11.427</u>	<u>19.285</u>
Intangível				
SOFTWARES	20%	1.574	602	972
MARCAS E PATENTES		2.211	-	2.211
		<u>3.785</u>	<u>602</u>	<u>3.183</u>

Descrição	2014	2015		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Imobilizado				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	24.676	-	-	24.676
EQUIPAMENTOS PROC DE DADOS	4.509	1.527	-	6.036
Depreciação				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(6.164)	(2.468)	-	(8.632)
EQUIPAMENTOS PROC DE DADOS	(1.613)	(1.182)	-	(2.795)
	<u>21.408</u>	<u>(2.123)</u>	-	<u>19.285</u>
Intangível				
SOFTWARES	887	687	-	1.574
MARCAS E PATENTES	2.211	-	-	2.211
Amortização				
SOFTWARES	(317)	(285)	-	(602)
	<u>2.781</u>	<u>402</u>	-	<u>3.183</u>

7. Contas a pagar

Descrição	2015	2014
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	74.584	20.186
ALUGUÉIS A PAGAR	3.488	3.216
OUTROS	2.532	3.456
	<u>80.604</u>	<u>26.858</u>

Representa valores a pagar a diversos fornecedores de materiais e à prestações de serviços, principalmente relacionadas ao início de parcerias, onde o apoio jurídico é necessário para elaboração e análise de contratos.

8. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Descrição	2015	2014
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	43.669	32.823
INSS A RECOLHER	8.664	5.866
FGTS A RECOLHER	2.961	1.974
CONTR. SINDICAL A RECOLHER	-	403
PIS A RECOLHER	370	247
	<u>55.664</u>	<u>41.313</u>

9. Obrigações tributárias

Descrição	2015	2014
IRRF A RECOLHER	3.625	4.566
Pis/Cofins/CSLL A RECOLHER	1.455	1.000
COFINS A RECOLHER	33	-
ISS A RECOLHER	9	14
	<u>5.122</u>	<u>5.580</u>

10. Projetos a Executar

Refere-se aos arredondamentos arrecadados a serem repassados a organizações sociais selecionadas e com suas atividades alinhadas aos "Objetivos do Milênio" da ONU.

Descrição	2015	2014
SALDO INICIAL	44.904	2.734
ARREDONDAMENTOS	165.516	59.995
(-) DISTRIBUIÇÃO	(114.000)	(11.309)
(-) CUSTOS ARREDONDAR	(17.162)	(5.999)
(-) OUTROS CUSTOS	-	(517)
	<u>79.258</u>	<u>44.904</u>

11. Patrimônio Líquido

O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra instituição, conforme previsto em seu estatuto social.

12. Receitas Operacionais - Doações

Descrição	2015	2014
DOAÇÕES PESSOA FÍSICAS	435.326	429.744
DOAÇÕES PESSOA JURÍDICAS	20.700	42.034
DOAÇÕES PESSOA FÍSICAS - ARREDONDAMENTOS	16.748	5.471
DOAÇÕES PESSOA JURÍDICAS - ARREDONDAMENTOS	414	528
	<u>473.188</u>	<u>477.777</u>

13. Receitas Operacionais - Financeiras

Descrição	2015	2014
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	17.567	14.086
	<u>17.567</u>	<u>14.086</u>

14. Despesas com pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
VOLUNTARIADO (Nota 22)	617.891	562.000
SALÁRIOS E ORDENADOS	249.960	161.783
INSS	77.913	51.180
FÉRIAS	31.560	24.762
OUTROS	103.795	67.860
	<u>1.081.119</u>	<u>867.585</u>

15. Serviços prestados por terceiros

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
JURIDICO	112.111	111.757
PROGRAMAÇÃO	24.360	35.160
CONTABILIDADE	16.109	14.690
COMUNICAÇÃO	427.583	367.573
ASSESSORIA DE IMPRENSA	1.430	-
AUDITORIA	63.368	62.674
CURSOS E TREINAMENTOS	-	4.000
TECNOLOGIA	209.744	328.114
OUTROS	1.461	2.297
	<u>856.166</u>	<u>926.265</u>

16. Despesas com viagens

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PASSAGENS	7.033	19.390
CONDUÇÃO	1.306	1.425
HOSPEDAGENS	-	265
ALIMENTAÇÃO	226	98
OUTRAS DESPESAS COM VIAGENS	133	-
	<u>8.698</u>	<u>21.178</u>

17. Despesas com ocupação

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
ALUGUEL	33.201	31.955
CONDOMINIO	7.519	6.978
ENERGIA ELETRICA	1.184	572
SEGURO DE IMOVEIS	675	602
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO	523	90
MATERIAL DE LIMPEZA	354	273
	<u>43.456</u>	<u>40.470</u>

18. Despesas gerais e administrativas

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
CONDUÇÃO	7.808	4.543
SEGUROS ADMINISTRATIVOS	5.055	5.641
TELEFONE E INTERNET	3.918	3.609
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	3.277	1.461
CORREIOS E MALOTES	1.534	-
COPA E COZINHA	1.259	727
VEÍCULOS	483	666
LANCHES E REFEIÇÕES	422	510
CARTÓRIO	247	1.960
OUTRAS	1.143	890
	<u>25.146</u>	<u>20.007</u>

19. Despesas com marketing

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
MARKETING	180	240
PARTIC. EM FEIRAS / CONGRESSOS	-	6.936
EVENTOS PROMOCIONAIS E ALUSIVOS	-	660
OUTROS GASTOS COM MARKETING	-	309
	<u>180</u>	<u>8.145</u>

20. Despesas tributárias

Descrição	2015	2014
CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA	7.360	6.012
IPTU	2.636	2.396
ITCMD	2.400	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	577	1.194
TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO	130	122
ISS	-	228
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS	629	88
	<u>13.732</u>	<u>10.040</u>

21. Despesas financeiras

Descrição	2015	2014
DESPEAS BANCÁRIAS	4.261	3.093
IOF	40	480
IRRF SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	180	423
JUROS E MULTAS PASSIVAS	43	6
	<u>4.524</u>	<u>4.002</u>

22. Gratuidade recebida

Descrição	2015	2014
VOLUNTARIADO (*)	617.891	562.000
COMUNICAÇÃO	420.879	344.631
TECNOLOGIA	209.744	328.115
AUDITORIA	63.368	62.674
JURÍDICO	-	32.870
	<u>1.311.882</u>	<u>1.330.290</u>

* Os trabalhos voluntários identificados pela administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2015 e de 2014, estão principalmente relacionados ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria.

23. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e não possuía quaisquer transações como interveniente garantidora.

24. Renúncia Fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)

Conforme artigo 150 da Constituição Federal, o instituto é imune ao IRPJ e, pelo artigo 195, isento de contribuições (CSLL e COFINS).

Ressalta-se que especificamente para as receitas advindas de aplicações financeiras, o Instituto recolhe COFINS, com base no Decreto 8.426/15; e em relação ao PIS (Programa de Integração Social), possui a especificidade de recolhimento de 1% sobre a folha de pagamentos, conforme IN 247/2002.

25. Seguros

É política da Entidade manter coberturas de seguros efetuadas junto à ACE Seguradora S/A, referente à Responsabilidade Civil dos Administradores, e Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, referente aos bens do ativo imobilizado e sua sede administrativa. Os limites de cobertura são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

26. Evento Subsequente

Em 14 de junho de 2016, o Instituto Arredondar foi premiado no Desafio de Impacto Social Google 2016, e receberá como prêmio R\$ 1,5 milhão para as suas atividades, condicionantes às cláusulas contratuais do projeto. O Desafio é uma iniciativa que visa empoderar as ONGs brasileiras e fomentar o uso criativo da tecnologia para promover impacto social.

* * *